

O processo de patrimonialização do marabaixo no Amapá

José Maria da Silva

DOI: 10.48006/978-65-87289-38-5

O marabaixo é uma manifestação cultural praticada por populações negras do estado do Amapá. Em 2018, foi reconhecido como patrimônio cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A patrimonialização dessa expressão cultural resultou de um processo histórico de mobilizações e reivindicações da comunidade marabaixeira,¹ em aliança com diversos segmentos da sociedade local. As mobilizações dos festeiros colocaram em pauta questões étnico-raciais, com ênfase no combate ao preconceito e à discriminação contra a população negra e na valorização e

1 Os termos “marabaixeiros” e “comunidade marabaixeira” são utilizados, no contexto do marabaixo e entre a população local, para identificar indivíduos e grupos que praticam essa manifestação. No decorrer do trabalho, utilizo as palavras “festeiros”, “praticantes”, “marabaixeiros” e “comunidade marabaixeira” como equivalentes para me referir às pessoas que integram os grupos de marabaixo.

reconhecimento do marabaixo.

O processo de reivindicação dos festeiros evidencia a luta por direitos de segmentos da população brasileira, inserindo a cultura como esfera importante na conquista de direitos e cidadania (Gohn, 2005; Lima Filho, 2015; Monteiro; Abreu, 2020; Velho, 2006).

As discussões sobre o marabaixo como fenômeno que adquiriu centralidade na cultura do Amapá fazem parte de um contexto mais amplo, em que se apresentam preocupações em estabelecer as bases do que seria a “identidade amapaense” (Canto, 2017, 2018; Souza, 2016; Videira, 2009).² Assim, além dos estudos que procuram deslindar a identidade local, podemos identificar um movimento deliberado dos “marabaixeiros”, por meio de um amplo repertório que inclui críticas, projetos, eventos e ações diversas em espaços públicos (escolas, praças e ruas), com vistas à valorização dessa manifestação como identidade e patrimônio cultural do

2 Nos últimos anos, tornou-se intensa a busca por formulação de práticas e valores culturais com intenção de delinear os contornos da identidade local. É nesse contexto que surge a expressão “tucuju” – nome de um povo indígena extinto, que habitou em terras do Pará e do Amapá –, empregada para especificar expressões da cultura local (música tucuju, gastronomia tucuju etc.). Por outro lado, esse movimento identitário tem se multiplicado na produção cultural, com denominações como música popular amapaense, literatura amapaense etc.

Amapá. O termo mais utilizado – que traduz as reivindicações dos festeiros – é “respeito”, expresso na frase “mais respeito pelo marabaixo”, a qual, em contexto, adquire múltiplos significados.

Como já mencionado, o reconhecimento do marabaixo como patrimônio cultural, nos níveis estadual e nacional, resultou de mobilizações e reivindicações dos praticantes dessa manifestação. O processo se ancora em memórias do passado da população negra, de maneira a potencializar as ações no presente. Desse modo, a dinâmica efetuada em um longo tempo – não linear, mas espiralado – constituiu-se, sumariamente, dos seguintes aspectos: i) colocou em cena narrativas e memórias do passado; ii) provocou mobilizações por aceitação, visibilidade e valorização da manifestação; e iii) suscitou reivindicação por reconhecimento do marabaixo como identidade e patrimônio. Neste trabalho, procuro examinar as etapas e ações desse processo.

O MARABAIXO

Marabaixo é uma manifestação cultural praticada por populações negras das áreas urbana e rural de três municípios do Amapá: Macapá (capital do estado), Santana

e Mazagão.³ Constitui-se de música (denominada pelos festeiros de “ladrao”), embalada pelo ritmo dos tambores (chamados caixas), e dança. Em Macapá, tradicionalmente é praticado em um período específico, denominado “ciclo do marabaixo”, em homenagem ao Divino Espírito Santo e à Santíssima Trindade. Porém, em geral, essa manifestação pode ser praticada em eventos não religiosos, com apresentações denominadas “rodas de marabaixo”. Estas são realizadas em comemorações diversas, como datas cívicas, aniversários de pioneiros, eventos organizados por instituições públicas (congressos, programações culturais, receptivos de autoridades e turistas), entre outras.

O ciclo do marabaixo é realizado durante dois meses, com início no Sábado de Aleluia e finalizado no domingo após o dia de Corpus Christi, denominado Domingo do Senhor. Não pretendo fazer uma descrição exaustiva do período festivo – tarefa empreendida por outros autores (Lima, 2011; Martins, 2016; Oliveira, 2012; Videira, 2009). Ressalto que a programação é extensa, composta de ladainhas, missas em igrejas, levantamento e derrubada de mastros, retirada pelos arredores da cidade de uma folhagem denominada murta e cortejos pelas ruas.

3 O marabaixo é praticado em diversas comunidades rurais por ocasião de festas em louvor a santos católicos.

Nesse período, com frequência ouve-se pela cidade o espocar dos fogos e o som das caixas de marabaixo. Os marabaixeiros, com suas roupas coloridas, cantam e dançam nos barracões onde são realizadas as festas, bem como nas imediações do bairro.



Cortejo de rua do marabaixo. Macapá (AP), 2017. Foto: José Maria da Silva.

Nas homenagens às divindades católicas, as festas de marabaixo congregam um conjunto de atividades e artefatos, tais como imagens de santos, promessas, devoção, alimentação, fogos de artifícios, bandeiras, mastros, vestuário, caminhadas, ladainhas, procissões e festas dançantes. Alguns elementos como o mastro, a murta, as cores das bandeiras (simbolizando as divindades), as caixas de marabaixo, o som de percussão, o colorido

do vestuário, a gengibirra (bebida feita com cachaça e gengibre) e os passos da dança são considerados os mais representativos dessa manifestação.

O TEMPO DOS PIONEIROS: MEMÓRIAS DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

Em geral, as narrativas sobre a história do marabaixo (orais e escritas) revelam dois aspectos. Uma narrativa afirma que essa manifestação chegou ao Amapá com os escravos. Nesse sentido, trata-se de uma dança que teve origem na África e foi transplantada para o Brasil durante o tráfico de escravos nos séculos XVII e XVIII. Outra narrativa recorrente afirma que os negros sofreram preconceitos e foram alvos de ações de discriminação por parte da imprensa, do governo, da polícia e da Igreja Católica.⁴

As primeiras manifestações de preconceito contra o marabaixo se deram no século XIX pela imprensa (Canto, 1998). Contudo, de acordo com as histórias narradas, é no âmbito das transformações de Macapá –

4 Preconceito e discriminação racial são categorias amplamente abordadas na literatura sociológica sobre o negro e as relações raciais no Brasil (Hasenbalg, 1979; Nogueira, 1985; Teles, 2003). Preconceito é uma atitude estigmatizante e desfavorável em relação a pessoas ou grupo social, sendo ainda a base da discriminação e da exclusão (Bandeira; Batista Soria, 2002; Nogueira, 1985).

na primeira metade do século XX – que os episódios de preconceito e discriminação foram inicialmente registrados no cenário urbano da capital amapaense.

As narrativas formam a memória das pessoas que praticam o marabaixo no presente, e tiveram repercussão a partir do momento que festeiros, jornalistas, estudiosos, entre outros, passaram a formular explicações históricas sobre essa tradição cultural. Adicionam-se a isso, a partir dos anos 1980, a inserção de novas gerações no marabaixo (sobretudo jovens) e o surgimento do movimento negro local, que passou a denunciar situações de preconceito racial no Amapá. Desse modo, tais explicações se apresentam como fundamentos do que podemos denominar de consciência histórica da população negra local.

Descrevo a seguir, de forma resumida, ações narradas pela comunidade marabaixeira e por escritores como atitudes de preconceito e discriminação por parte de representantes de três instituições da sociedade: governo, igreja e polícia. Os episódios têm sido a matéria-prima para explicar questões referentes à população negra e ao marabaixo a partir de 1943, quando da implantação do Território Federal do Amapá.⁵

5 Até 1943 o Amapá fazia parte do estado do Pará, quando Getúlio Vargas criou os territórios federais. O Amapá passou à condição de estado com a Constituição Federal de 1988.

A memória de preconceito e discriminação do passado e as ações desfavoráveis ao negro e ao marabaixo no presente constituem as bases dos discursos e do ativismo dos festeiros para reivindicar “mais respeito” a essa manifestação.

As atitudes discriminatórias do governo, dos padres e da polícia chegaram ao conhecimento público através da imprensa, normalmente quando matérias jornalísticas abordaram a história do marabaixo, e pelos festeiros, por meio de entrevistas e discursos em eventos.

OS EPISÓDIOS

i) Urbanização e dispersão dos negros na cidade

Na antiga vila de Macapá, parte da população negra formava um núcleo habitacional comum em uma área que hoje é o centro da cidade.⁶ Quando da criação do Território Federal do Amapá, em 1943, e da implantação da estrutura administrativa, o governador nomeado (Janary Gentil Nunes) implementou um plano de

6 Estudos históricos demonstram que os negros foram introduzidos na província do Grão-Pará e na região do Cabo Norte (hoje estado do Amapá) para trabalharem como escravos na construção de fortes e na agricultura (Castro, 1999; Gomes; Queiroz, 2003; Luna, 2009; Vergolino-Henry; Figueiredo, 1990). Uma parte dessa população fugiu para áreas do interior; outra parte teria habitado a área central de Macapá, em um local denominado vila Santa Engrácia.

urbanização, com intuito de sediar a comitiva governamental e outras pessoas que se transferiram para Macapá.

A urbanização da cidade se deu na área que era habitada à época. Para tanto, o governador retirou grande parte das pessoas que ali moravam, forçando a dispersão para outras áreas. Na verdade, o governo implementou uma política de higienização do centro da cidade, concebendo os negros como indesejáveis naquele lugar. À população expulsa, restou o deslocamento para constituir novos espaços de habitação, em lugares dominados pelo mato e sem condições de moradia. A expulsão da população negra do centro forjou a criação de núcleos dispersos de ocupação do espaço urbano da cidade e, conseqüentemente, a constituição de grupos de marabaixo em duas áreas, denominadas Laguinho e Favela (Gonçalves, 2013).⁷

Os versos da música “Aonde tu vais rapaz”⁸ registraram esse momento.

7 A dispersão da população negra marca o início da urbanização da cidade de Macapá, com a ocupação de áreas que mais adiante foram definidas como bairros.

8 Essa é a música mais conhecida do marabaixo, tendo sido gravada por Luiz Gonzaga. Os versos do “ladrão” fazem referências à mudança forçada da população negra do espaço, que se tornou o centro da cidade, para o Laguinho. Essa música inaugura, na tradição do marabaixo, o processo de composição de letras que abordam de forma crítica assuntos públicos.

Aonde tu vais rapaz
Por esse caminho sozinho
Vou fazer minha morada
Lá nos campos do Laguinho
Destelhei a minha casa
Com intenção de retelhar
Mas a Santa Engrácia não fica
Com a minha pode ficar?
Avenida Getúlio Vargas
Tá ficando que é um primor
Essas casas foram feitas
Só pra morar doutor
(Autor: Raimundo Ladislau)

O deslocamento dos praticantes do marabaixo se refletiu na tradição da festa, pois, antes da urbanização, os festeiros participavam de uma festa comum a todos. Com a fragmentação dessa população em diferentes locais da cidade, a manifestação passou a ser praticada por grupos organizados, tendo como base núcleos de famílias e a localização em novas áreas habitadas. Tais aspectos se apresentam como referências dos grupos na atualidade; por exemplo, na divulgação das festas, ora a referência é o bairro – Marabaixo do Laguinho e Marabaixo da Favela –, ora é uma pessoa considerada pioneira das famílias tradicionais de festeiros – Marabaixo da

Tia Gertrudes, Marabaixo do Pavão, Marabaixo da Tia Biló, Marabaixo da Tia Dica Congó.

ii) Igreja e folclore

Um episódio de preconceito sempre narrado por festeiros e estudiosos diz respeito ao fato de os padres não aceitarem o marabaixo na igreja. A rejeição teve início com a chegada de padres italianos e alemães, no início do século XX, e com a implantação da Diocese de Macapá. A oposição dos padres era com relação à entrada dos marabaixeiros portando artefatos utilizados no ciclo da festa, tais como as bandeiras do Divino Espírito Santo e da Santíssima Trindade, a coroa do Divino, os mastros e os tambores.

Segundo estudiosos, era tradição os festeiros, por ocasião da festa em homenagem ao Divino Espírito Santo, entrarem na igreja de São José (a mais antiga de Macapá) para fazer orações e cantar carregando os artefatos citados. Na frente da igreja, os homens praticavam a capoeira – denominada à época de carioca (Canto, 1998; Pereira, 1989).

Com a chegada do padre Júlio Maria Lombaerd, em 1913, o marabaixo e os festeiros passaram a ser alvos de críticas e proibições dos religiosos. O referido padre argumentava que o marabaixo era “só bebedeira” e que as pessoas usavam a coroa do Divino Espírito Santo para comércio. À época, houve conflitos e festeiros ameaça-

ram invadir a casa onde residia o padre, sendo contidos pelo intendente de Macapá (Canto, 1998).

Os conflitos com integrantes da igreja continuaram nas décadas seguintes. Em 1980, o padre Aristide Piróvano, ao justificar a proibição dos festeiros de entrarem na igreja, argumentou: “[...] folclore é folclore, religião é coisa séria e não podemos misturar as duas coisas. A igreja não é contrária à diversão do povo, *mas não se pode misturar a água benta com o diabo*” (Canto, 1998, p. 29 – grifos nossos). Os padres afirmavam que o marabaixo era “macumba”, “coisa do demônio”, argumentos que algumas pessoas ainda utilizam atualmente.

A oposição e as críticas dos padres ao marabaixo não ficaram restritas ao passado. Em 2008, um padre proibiu a entrada dos festeiros na Igreja São Benedito portando as bandeiras e a imagem do Divino Espírito Santo. Durante o sermão, ele disse que o marabaixo era “festa do diabo” e que “pessoas se aproveitavam das crianças e dos santos, levantavam mastros para tirar dinheiro do governo” (Lima, 2011, p. 81). Marabaixeiros do bairro do Lagunho reagiram com críticas na imprensa local e em carta dirigida ao bispo de Macapá. No ano seguinte, fizeram manifestações na igreja e nas ruas próximas, denunciando para a população as atitudes de preconceito. Os protestos tiveram efeito: o padre foi substituído e houve uma postura mais tolerante em relação à presença dos

festeiros na igreja (Lima, 2011). Atualmente, os praticantes da manifestação participam da missa, fazem carreta com a imagem do santo e dançam o marabaixo pelas ruas do bairro.

Esse último episódio tornou-se um marco na atuação das lideranças do marabaixo em relação às questões de preconceito, discriminação e em defesa da manifestação cultural, sobretudo quanto à atitude dos padres e aceitação da igreja. A partir disso, percebe-se o crescimento do ativismo da comunidade marabaixeira em relação às questões que envolvem preconceito religioso, cultural e racial.

iii) Festas como caso de polícia

Além dos conflitos com o governo e a igreja, o marabaixo também foi alvo de um promotor de justiça e de um delegado, que promoveram ações para interromper as festas. Não há registros escritos sobre os episódios, apenas notícias veiculadas na mídia.

Os fatos aconteceram em datas diferentes. Em um deles, um promotor solicitou à justiça que determinasse o encerramento de uma festa de marabaixo. Em outra ocasião, em 2015, o delegado da área ambiental fez diligência na casa de um festeiro e determinou a paralisação da festa. Nos dois casos, os agentes da justiça e da polícia argumentaram que o barulho incomodava os moradores das proximidades onde se realizavam os festejos.

Os dois episódios tiveram repercussão na imprensa e foram criticados pelos marabaixeiros com o argumento de que as festas são tradicionais e sempre foram realizadas dessa forma.

EM BUSCA DE VALORIZAÇÃO PARA O MARABAIXO

Nesta seção, examino ações de festeiros dos grupos da área urbana de Macapá em busca de aceitação, visibilidade e valorização do marabaixo. As ações têm sido impulsionadas por filhos, netos e bisnetos de pessoas que criaram os grupos e tiveram início na década de 1980, consolidando-se nas décadas subsequentes. Essas ações fazem parte das estratégias de afirmação do marabaixo como identidade e patrimônio cultural do Amapá. Nesse sentido, a memória do passado é incorporada ao presente na perspectiva de fortalecer o movimento das novas gerações – ou seja, na conjunção de temporalidades constitui-se o ativismo em defesa dessa manifestação cultural.

VISIBILIDADE E ACEITAÇÃO

No final dos anos 1980, e com mais intensidade nas décadas seguintes, algumas mulheres (filhas e netas de pioneiros) passaram a comandar determinadas atividades

com vistas à valorização do marabaixo em Macapá e em outras cidades dentro e fora do estado.

O local de realização do marabaixo foi o primeiro passo na promoção de sua visibilidade. Tal fato se deu com a sugestão do setor de turismo – na segunda metade dos anos 1980 – para que os festeiros criassem um espaço na frente de suas casas para a dança do marabaixo. Até então, os marabaixeiros cantavam e dançavam dentro da casa de quem organizava a festa.

A ideia de criar um espaço na frente da casa era para que o público visitante pudesse assistir às apresentações. Nesse sentido, a mudança visava à promoção da festa como atrativo cultural e turístico. A sugestão foi aceita pelas famílias que tradicionalmente realizam as festas. Mais adiante, esses espaços construídos nas frentes das casas foram ampliados e chamados de barracões, com identificação de cada grupo pelo nome da matriarca ou do patriarca da família – Barracão da Tia Biló, Barracão da Tia Gertrude, Barracão do Pavão etc.

As iniciativas para divulgar o marabaixo por parte dos festeiros tinham objetivos diferentes das do poder público, na medida em que visavam combater o preconceito e a discriminação, assim como alcançar o reconhecimento da população. A perspectiva de ampliar o universo de aceitação é justificada pelas lideranças: “o marabaixo não é das famílias tradicionais, e sim da sociedade amapaense”

(Silva, 2023, p. 158). Esse posicionamento de que “o marabaixo é de todos” constitui a base dos projetos e das atividades realizadas, com vistas à ampliação dos espaços de atuação, à recepção positiva da manifestação e ao crescimento do público que valoriza e participa dos eventos, inclusive das danças.

Listo a seguir ações que têm sido executadas em diferentes frentes, visando promover a valorização do marabaixo.

- Projetos na escola: pessoas ligadas aos grupos de marabaixo desenvolvem, há algum tempo, atividades nas escolas, tais como: palestras sobre a história e os aspectos que constituem a manifestação e aulas de canto, de percussão, dos passos da dança e para criação de versos da música. A ideia é repassar para professores e estudantes ensinamentos sobre o que é e como se constitui o marabaixo, de modo a introduzir essa prática cultural na educação. Atualmente essa ação pedagógica é realizada durante o ano todo e com mais intensidade no período do ciclo festivo e em agosto, quando se comemora o Dia do Folclore. Para as pessoas que conduzem essas atividades, o trabalho nas escolas visa propiciar assimilação e valorização do marabaixo, bem como sua defesa como tradição cultural.
- Renovação: os grupos realizam ações de renovação do marabaixo começando pela inserção de

crianças e adolescentes. Nesse sentido, existem oficinas em Macapá e Mazagão Velho para ensinar os passos da dança, as letras das canções, a redação de versos para novas músicas e para tocar o tambor. Essas atividades têm proporcionado o crescimento da participação de crianças e adolescentes em grupos de marabaixo.

- Formação de novos grupos: outro aspecto que se destaca é a criação de novos grupos em duas modalidades. Por um lado, grupos são formados por membros de famílias tradicionais de festeiros e simpatizantes, visando à participação em eventos como o Encontro dos Tambores e os festivais de marabaixo. Exemplos



Apresentação no festival Cantando Marabaixo. Macapá (AP), 2018. Foto: José Maria da Silva.

são os grupos Filhos do Sacaca, Raízes do Bolão e Herdeiros da Tia Zezinha, cujos nomes homenageiam pioneiros. Outra modalidade são os grupos constituídos por pessoas ligadas ao marabaixo com a perspectiva de atuação como movimento cultural. Exemplo disso é o Movimento Nação Marabaixeira, que tem realizado atividades para divulgação dessa manifestação cultural como o projeto Cantando Marabaixo nas Escolas e o festival Cantando Marabaixo, ambos voltados para estudantes (crianças e adolescentes).

- Memória dos pioneiros: tem sido cada vez mais frequente nos eventos a divulgação de imagens dos pioneiros, isto é, homens e mulheres concebidos como guardiões da memória do marabaixo e que contribuíram historicamente com a manifestação, realizando os festejos, criando versos de músicas, dançando e tocando caixa. Nesse processo em que se reverencia a memória dos pioneiros, as mulheres recebem uma valorização específica com a expressão “tia” (por exemplo, tia Zefa, tia Chiquinha, tia Luci etc.)⁹ e os homens são chamados de “mestres” (por exemplo, mestre Julião, mestre Bolão, mestre Pavão etc.).

9 As tias do marabaixo têm sido retratadas em exposição fotográfica e em um blogue (disponível em: <https://tiasdomarabaixo.blogspot.com/>; acesso em: 12 jun. 2024).

Em reverência aos antigos, não é somente a memória que se cultiva; o significado é mais abrangente. Os antepassados – ora chamados de ancestrais (os mortos), ora denominados de pioneiros (pessoas vivas, com idade acima de 60 anos) – são valorizados na memória da comunidade marabaixeira pela importância histórica como fundadores e guardiões da tradição, assim como pela força, pela legitimidade e pelo significado dessa tradição no presente. Nesse contexto de reverência aos antigos, tem sido cada vez mais recorrente o uso do termo *ancestral* entre os festeiros para se referir aos mortos e ao passado distante, que funda e legitima no presente o sentido de ancestralidade no âmbito dessa tradição cultural.

Como parte ainda do intento em conquistar visibilidade e valorização, os marabaixeiros passaram a realizar no primeiro dia do ciclo dos festejos anuais (no Sábado de Aleluia) algumas atividades para chamar a atenção da população local: oficinas nas escolas, caminhada pelo centro da cidade com distribuição de folhetos, rodas de marabaixo e homenagens aos pioneiros das famílias que organizam o ciclo. À noite, realiza-se na Favela a primeira festa do ciclo denominada “marabaixo da aceitação”. Nos discursos dos festeiros, ressalta-se que o objetivo desses eventos é a conscientização da população para a valorização dessa tradição cultural.

Considerando que os fenômenos culturais são dinâmicos, a cada momento novas ações são implementadas. A partir do ciclo de marabaixo de 2023, por iniciativa do governo do estado, o ciclo do marabaixo é precedido de reunião e apresentação dos grupos no Centro de Cultura Negra, que recebe o nome de “Central do marabaixo”. Trata-se de um evento prévio para divulgação do período festivo.

É possível identificar resultados práticos da movimentação das novas gerações. Atualmente o marabaixo tem sido assunto frequente nos meios de comunicação local, com cobertura jornalística dos eventos. Nas escolas, a manifestação passou a ser objeto de pesquisa dos estudantes, tema de redação e de interesse em projetos que promovem o ensino da dança, especialmente quando das comemorações do Dia do Folclore. Há outros resultados conquistados, como veremos adiante.

As mudanças no sentido de aceitação e ampliação dos espaços de atuação na cidade estão evidenciadas neste depoimento da presidenta da Federação Folclórica do Amapá, Elísia Congó (apud Silva, 2023, p. 160):

No tempo dos nossos pais e dos nossos avós, quem cantava e dançava o marabaixo eram só as pessoas idosas. Hoje não, o marabaixo passou a ser de todos. Então, a partir do momento que ele passa a ser de todos, ele saiu dos barracões, saiu do

gueto e veio para as praças, veio para os clubes, veio pra cidade. A gente canta em aniversário, a gente participa até de velório.

As ações em busca de valorização têm reflexos na arte local com a incorporação de elementos do marabaixo, ou como inspiração para música, literatura, fotografia, artesanato, entre outros. Na música, por exemplo, a percussão das caixas de marabaixo foi incorporada em melodias com a finalidade de caracterizar a identidade local, que recebe o nome de música popular amapaense (MPA).

UM NOVO CONTEXTO

Na década de 1990, as manifestações culturais de tradição das populações negras no estado passaram a ter mais visibilidade e valorização com duas ações do governo: a criação, em 1994, de um evento denominado Encontro dos Tambores e de um espaço – o Centro de Cultura Negra – inaugurado em 1998. O centro possui uma área de 7,2 mil metros quadrados, constituído de anfiteatro, auditório, Museu do Negro, sala multiuso, administração e um amplo espaço para *shows* e apresentações culturais.

O Encontro dos Tambores é realizado anualmente, na Semana da Consciência Negra, pela União dos Negros do Amapá, em parceria com outras entidades do movimento negro e com o poder público (governo esta-

dual e prefeitura de Macapá). O espaço e o evento possibilitaram ampla visibilidade ao marabaixo e às demais manifestações de tradição afro no estado, na medida em que foi constituído não somente um ambiente, mas um local mais estruturado para as apresentações ao público.

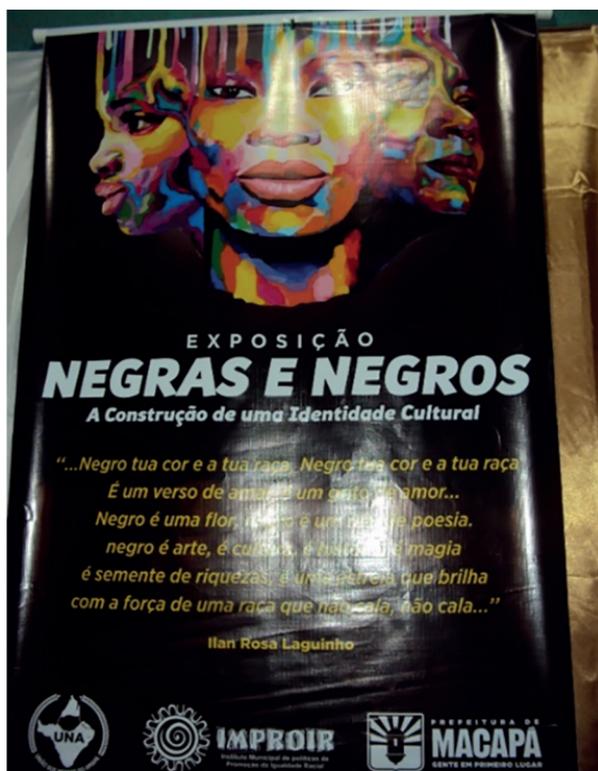
A programação atualmente é constituída de vários elementos da cultura afro, tais como: culto de abertura, denominado missa dos quilombos (com a participação de um padre e representantes do candomblé e da umbanda); concurso de beleza negra; apresentações de manifestações culturais como marabaixo, batuque, zimba, capoeira e *hip-hop*; e exposições de artes plásticas, artesanato e artefatos religiosos do catolicismo, da umbanda e do candomblé.



Apresentação de marabaixo no Encontro dos Tambores.

Macapá (AP), 2018. Foto: José Maria da Silva.

Nos últimos anos, o Encontro dos Tambores tem sido ampliado com a comercialização de produtos artesanais e discursos sobre o negro, formando um contexto para expressão da negritude (Silva, 2023), a partir da conjunção de interesses entre os repertórios do movimento negro e aqueles constituídos pelos festeiros do marabaixo.



Cartaz de exposição no Encontro dos Tambores. Macapá (AP), 2018. Foto: José Maria da Silva.

Pode-se afirmar que o Centro de Cultura Negra e o Encontro dos Tambores consolidam o processo histórico de mobilização e de luta pela valorização do marabaixo, bem como de outras manifestações das populações negras do estado, na medida em que possibilitaram a projeção dessa manifestação como principal fenômeno cultural da identidade amapaense.

RECONHECIMENTO E PATRIMONIALIZAÇÃO

Em junho de 2015, Elísia Congó, que integra um dos grupos da área urbana, organizou a Campanha de Reconhecimento e Valorização da História do Marabaixo, para a qual foram confeccionados cartazes com frases do movimento para as pioneiras segurarem enquanto eram fotografadas.¹⁰ A campanha foi realizada em escolas, universidades, emissoras de rádio, bares, entre outros locais, e terminou no dia 16 de junho (Dia Estadual do Marabaixo). A ação colocou em evidência uma característica central nas discussões sobre direitos sociais: o reconhecimento, palavra que tem origem no latim *recognoscere* (“certificar-se”),

10 As frases da campanha foram as seguintes: “o marabaixo é de todos”, “sou ancestral, minha cultura é o marabaixo” e “valorização e reconhecimento para o marabaixo” (disponível em: https://www.digestivocultural.com/blogs/post.asp?codigo=4790&titulo=0_Marabaixo_e_de_Todos!; acesso em: 20 jun. 2024).

algo verdadeiro ou legal. Reconhecer também diz respeito a um ato de distinção e valorização de uma pessoa, significado que se apresenta no jogo das relações sociais e, particularmente, das identidades socioculturais.

Na perspectiva teórica, “reconhecimento” está relacionado às reivindicações por dignidade e igualdade nas sociedades modernas e democráticas, incluindo questões de identidade e autenticidade (Taylor, 1993, 2011). De uma forma geral, os movimentos que reivindicam identidade se dão em situações de ausência de cidadania, seja no sentido do não reconhecimento ou do “falso reconhecimento”, que degrada a dignidade humana (Taylor, 1993). No reconhecimento, uma pessoa tem um “valor social” – a dimensão moral do ato (Cardoso de Oliveira, 2006). Nesse sentido, é preciso indagar: qual é o significado (ou significados) de “reconhecimento” que podemos depreender das ações dos praticantes do marabaixo?

As reivindicações por reconhecimento da comunidade marabaixeira se dão em um processo que inclui três dimensões: respeito, aceitação e reconhecimento. Trata-se de um movimento contínuo e complexo, que parte de uma posição negativa (desrespeito, recusa, discriminação) e reivindica aceitação, valorização e reconhecimento.

A primeira noção geradora do processo se expressa no termo “respeito” que se traduz em situações concretas como: a) respeito pela história do negro – da escravidão

ao presente; b) respeito pela memória dos antigos festeiros (ancestrais e pioneiros); e c) respeito pelo marabaixo como tradição cultural. Assim, a reivindicação por respeito coloca na arena do diálogo com as instituições e a população em geral tudo o que representa o marabaixo como memória, tradição e identidade das gerações passadas e atuais.

O segundo movimento dos festeiros busca aceitação por parte da sociedade. Dessa forma, se por um lado a ideia de respeito implicava luta por dignidade, a aceitação procurava inserir o marabaixo em um cenário positivo que permite, entre outros aspectos, a sua visibilidade e valorização no âmbito da cultura local.

Por sua vez, o reconhecimento (terceiro movimento) consolida o processo, com a reivindicação de que o marabaixo seja considerado como manifestação cultural que define a identidade amapaense e, portanto, seu autêntico patrimônio.

A atuação dos praticantes do marabaixo se apresenta, assim, em um contexto complexo e multifacetado de reivindicações por direitos de cidadania na esfera socio-cultural: de um lado estão as populações negras urbana e do interior, os grupos de festeiros e o movimento negro; do outro estão as instituições governamentais, a igreja e segmentos da sociedade civil, tais como artistas, jornalistas, professores, estudantes, entre outros. O campo social e simbólico estabelecido incluiu

críticas, mobilizações, reivindicações, bem como alianças e negociações.

Os fatores a seguir podem ser destacados como resultados e conquistas no plano de valorização e reconhecimento.

- A ação dos governos (estadual e municipal) de financiamento dos eventos anuais, como o ciclo do marabaixo e o Encontro dos Tambores, assim como a construção do Centro de Cultura Negra, que serve de sede para a União dos Negros do Amapá e de espaço para a realização de eventos.
- A visibilidade nos meios de comunicação, de maneira que atividades ligadas a essa manifestação passaram a ser constantes na imprensa local.
- A valorização e o reconhecimento de parte significativa da população, de modo que as pessoas passaram a frequentar as festas e a dançar o marabaixo, bem como o interesse de professores e estudantes em abordar essa manifestação como tema de estudos. Também com frequência os marabaixeiros são convidados para apresentações e palestras nas escolas.
- O marabaixo tornou-se fonte de inspiração para os artistas locais, fundamentando valores culturais de identidade.
- A criação de um conjunto de leis de interesse da comunidade marabaixeira (por exemplo, Lei nº 845, de 13 de

julho de 2004, cria o ciclo do marabaixo e do batuque no estado; Lei nº 1.263, de fevereiro de 2008, define o marabaixo como patrimônio histórico e cultural do Amapá; e a Lei nº 1.521, de 29 de janeiro de 2010, que definiu 16 de junho como o dia estadual do marabaixo).

A DISPUTA PELO PATRIMÔNIO

Os grupos formados pelas famílias de festeiros, com o tempo, passaram a ter atuação pública tanto para divulgar o marabaixo quanto para fazer críticas e reivindicações. Dessa forma, os marabaixeiros têm ocupado ruas em cortejos (tocando as caixas, cantando e dançando com suas roupas coloridas), repartições públicas e igrejas, promovendo discussões e reivindicando o direito do marabaixo ser o legítimo representante da cultura do Amapá. Assim, a manifestação deixou de ser vista como expressão confinada às casas dos festeiros ao transcender para o espaço público.

Pode-se dizer que o reconhecimento da sociedade é consequência do ativismo das novas gerações de festeiros. As propostas para transformar o marabaixo em patrimônio estadual e nacional resultaram de reivindicações formalizadas em documentos pelos grupos da área urbana de Macapá aos órgãos oficiais, com apoio de grupos e comunidades de outros municípios.

Fizeram gestões na Assembleia Legislativa e, como resultado, o marabaixo foi reconhecido como patrimônio estadual. Atuaram também junto ao órgão federal (Iphan), reivindicando o título de patrimônio nacional.

Entre o reconhecimento estadual e a decisão federal, os festeiros do marabaixo travaram uma disputa com grupos organizados de um estilo de música denominado *melody*¹¹ acerca da autenticidade do patrimônio.

Com a recepção positiva desse estilo de música em Macapá, assim como em outras localidades, pessoas passaram a organizar festas, encontros e concursos de dança. Por reivindicação de grupos simpatizantes a esse tipo de música, um deputado estadual apresentou projeto de lei na Assembleia Legislativa para reconhecer o *melody* como patrimônio imaterial do Amapá. Contrários à iniciativa, praticantes do marabaixo foram até a Assembleia para manifestar oposição e críticas à proposta de lei, e solicitaram ao deputado que o projeto não fosse votado. O argumento foi o seguinte:

11 Trata-se de um tipo de música derivado do estilo conhecido como *tecnobrega*, produzido no estado do Pará, com base em mixagens de equipamentos eletrônicos. As melodias possuem ritmo acelerado e as letras abordam temas sobre o amor. É um estilo de música que embala festas de camadas populares, nas quais se destacam as coreografias de dança.

O melody não tem raiz nenhuma com o Amapá. Ele é um movimento que veio do Pará. Patrimônio é algo ligado às nossas raízes. Que ligação o melody tem com a cultura do Amapá? Essa é uma proposta que afronta a cultura do Amapá, ferindo nossa história.¹²

A atitude do parlamentar também foi criticada nos versos da música, intitulada “Doutor, me faça um favor”:

Doutor me faça um favor
Não queira me envergonhar
Venha conhecer o marabaixo
Cultura do Amapá
Marabaixo é tradição
É tradição secular
Herança dos ancestrais
Devemos perpetuar
Patrimônio cultural do estado do Amapá
Quem não conhece a história
Que procure estudar
(Autora: Daniela Ramos)

12 Depoimento de Daniela Ramos (disponível em: <https://sele-snafes.com/2015/06/polemica-projeto-que-transforma-o-melody-em-patrimonio-do-ap-irrita-grupos-de-marabaixo/>; acesso em: 29 jan. 2019).

A oposição dos marabaixeiros enfatizava a questão da originalidade (expressa na palavra “raiz”) em relação ao Amapá. O que estava em jogo na disputa em torno do patrimônio pode ser traduzido nos seguintes termos: i) inserção na história local (o *melody* é originário do Pará); ii) originalidade e autenticidade (vínculo com as raízes locais); e iii) a ideia de tradição, tendo em vista que o *melody* é produzido por equipamentos eletrônicos (portanto, modernos), ao passo que o marabaixo é originário das tradições orais, de sociabilidades comunitárias e de ancestralidade africana, tendo em vista que o mito de origem dessa manifestação se remete aos escravos vindos para o Amapá.

A crítica e a reivindicação dos festeiros resultaram na retirada do projeto da pauta de votações. Em seguida, o projeto foi alterado para reconhecer apenas os grupos que promovem eventos e encontros, tendo o *melody* como prática cultural, e não como patrimônio cultural do estado.

A polêmica colocou em evidência a disputa em torno do sentido de patrimônio com base nas referências culturais, as quais se apresentam como marcadores de identidades (Arantes, 2001). O patrimônio não é um dado em si, mas um construto social. Sua dimensão cultural envolve referências materiais, sociais e simbólicas formuladas no tempo e nas práticas dos grupos sociais (Gonçalves, 2005).

Após a realização do inventário de referências (Brasil, 2013) e discussões com os marabaixeiros, em novembro de 2018 o Iphan reconheceu o marabaixo como patrimônio cultural do Brasil.

No caso do marabaixo, as referências culturais estão definidas em duas dimensões: a) a dimensão histórica, em relação à memória do negro na diáspora africana para as terras do Amapá e o legado e memória dos antepassados (ancestrais e pioneiros); e b) a dimensão da estrutura e da prática da manifestação, composta de festeiros, promessas, divindades cultuadas, artefatos religiosos, caixas de percussão, mastro, bebida, música, dança, vestuário, entre outros aspectos. Adicionam-se a esses fatores as ações dos praticantes para inserir o marabaixo como manifestação legítima da população do estado; ações que certamente expandem e promovem ressignificações dos elementos que tradicionalmente o compõem, assim como sua prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mobilizações, reivindicações e conquistas da comunidade marabaixeira podemos situar em um contexto amplo de lutas por dignidade, direitos e cidadania no contexto que concerne à inserção do negro e de suas práticas culturais na sociedade moderna e de clas-

ses no Brasil, em que predominam racismo, intolerância, invisibilidade e persistência do status quo constituído historicamente.

No plano geral, o protagonismo e as conquistas dos marabaixeiros para inserir o marabaixo como manifestação de identidade e patrimônio do Amapá permite vislumbrar dois aspectos: i) o enfrentamento do preconceito, da discriminação e da invisibilidade através de críticas, passeatas, ocupação de espaços públicos, projetos e ações; ii) revela a capacidade de negociação, na qual se têm conquistas e para as quais foi preciso abrir mão de certos preceitos no plano da linha divisória racial.

O marabaixo ganhou espaço e referência inelutável no Amapá com sua valorização pela sociedade e o poder público. Além da criação do Encontro dos Tambores e do Centro de Cultura Negra, podemos listar outras iniciativas em que o poder público (governo estadual e prefeitura) assume e oficializa o marabaixo como manifestação legítima do Amapá. Alguns anos atrás, estava escrito na sala de desembarque do aeroporto de Macapá: “Bem-vindo à terra do marabaixo”; em 2020, a prefeitura de Macapá mandou confeccionar esculturas de pessoas que foram referências na prática do marabaixo e as ergueu em vários locais da cidade; em 2022, a Fundação Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

do Amapá (FEPPIR), que faz parte da estrutura administrativa do governo do estado, passou a ser denominada Fundação Marabaixo.

Do ponto de vista da negociação, ao procurar inserir o marabaixo na sociedade, com a ideia de que essa expressão cultural é de todos, os marabaixeiros abriram mão de que a prática dessa manifestação fosse exclusivamente das famílias tradicionais (negras); nas ações realizadas nas escolas, bem como nos eventos, promoveram a integração de todas as pessoas que se apresentavam com interesse em cantar e dançar, participando ativamente dos grupos. Dessa forma, os grupos que se apresentam atualmente nos eventos de marabaixo mesclam pessoas negras e brancas (crianças, adolescentes e adultos), promovendo – no plano da manifestação – uma forma de integração racial na esfera da cultura. Vale ressaltar que a mistura racial no Brasil – que funda o ideário de nação – é vista ideologicamente como valor e plenamente desejável, sendo levada a efeito com expressões que se tornaram nacionais, como o samba, a capoeira e o carnaval. No caso do marabaixo, esse fato se apresenta no jogo das relações sociais e, sobretudo, como estratégia de combate ao preconceito e busca de aceitação e reconhecimento.

Referências

- ARANTES, Antonio Augusto. Patrimônio imaterial e referências culturais. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 147, p. 129-139, 2001.
- BANDEIRA, Lourdes; BATISTA SORIA, Analia. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 119-141, 2002.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Inventário das referências culturais do marabaixo do Amapá*. Brasília, DF: Iphan, 2013.
- CANTO, Fernando. *A água benta e o diabo*. Macapá: Fundecap, 1998.
- CANTO, Fernando. Amapá: patrimônio cultural e identidade. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, DF, v. 38, p. 103-121, 2018.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006.
- CANTO, Fernando. *Literatura das pedras: a Fortaleza de São José de Macapá como locus das identidades amapaenses*. Macapá: EDITUNIFAP, 2017.
- GOHN, Maria da Glória. Cidadania e direitos culturais. *Katálysis*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 15-23, jan./jun. 2005.
- GOMES, Flávio dos S. Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana brasileira. In: GOMES, Flávio dos S. (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão*

na Guiana brasileira: séculos XVIII/XIX. Belém: Ed. UFPA, 1999. p. 225-318.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 23, p. 15-36, 2005.

GONÇALVES, Mariana de A. Favela: território negro na cidade de Macapá. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 4.; REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 13., 2013, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: UFC, 2013.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. São Paulo: Graal, 1979.

IPHAN. *Inventário das referências culturais do marabaixo do Amapá*. Brasília: MINC/Iphan, 2013.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. Cidadania patrimonial. *Antropológicas*, Recife, v. 26, n. 2, p. 134-155, 2015.

LIMA, Wanda M. S. F. *O ciclo do Marabaixo: permanências e inovações de uma festa cultural*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

LUNA, Verônica X. *Entre o porteau e o volante: africanos redesenhando a Vila São José de Macapá – 1840-1856*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

MARTINS, Rostan. *Aonde tu vai, rapaz, por esses caminhos sozinho?: comunicação e semiótica do marabaixo*. São Paulo: Scortecci, 2016.

MONTEIRO, Elaine; ABREU, Martha C. Patrimônio imaterial e afirmação negra: a política dos encontros para uma educação antirracista. *Cadernos NAUI*, Forianópolis, v. 9, n. 17, p. 60-88, jul./dez. 2020.

NAFES, Seles. Projeto que transforma o melody em patrimônio do AP irrita grupos de marabaixo. *Seles Nafes*, [Macapá], 22 jun. 2015. Disponível em: <https://selesnafes.com/2015/06/polemica-projeto-que-transforma-o-melody-em-patrimonio-do-ap-irrita-grupos-de-marabaixo/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

OLIVEIRA, Maria do Socorro dos S. *Marabaixo: memoria y urbanización de un ritual de selva*. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropología Social e Historia de América y África, Universidad de Barcelona, Barcelona, 2012. PEREIRA, Nunes. *O sahiré e o marabaixo: tradições da Amazônia*. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1989.

SILVA, José Maria. Manifestações negras e o processo de relações sociais. [Belém, PA]: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq, 1987. Relatório de Pesquisa submetido ao CNPq.

SILVA, José Maria. Negritude, reconhecimento e patrimonialização do marabaixo no Amapá. *Aceno*, Cuiabá, v. 10, n. 23, p. 151-168, maio/ago. 2023.

SOUZA, Manoel A. *Imagens, memórias e discursos: a construção das identidades amapaenses no jornal Amapá – 1945*

a 1968. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

TAYLOR, Charles. *A ética da autenticidade*. São Paulo: É Realizações, 2011.

TAYLOR, Charles. *El multiculturalismo y “la política del reconocimiento”*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

TELES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Napoleão. *A presença africana na Amazônia: uma notícia histórica*. Belém, PA: Arquivo Público do Pará, 1990.

VIDEIRA, Piedade L. *Marabaixo, dança afrodescendente: significando a identidade étnica do negro amapaense*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.